

## Os “Cortesões do infortúnio”: a heroicização pragmática de Henrique Dias nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

*The “Courtesians of misfortune”: the pragmatic heroicization of Henrique Dias in the pages of the Brazilian Historical and Geographical Institute Magazine*

Luís Roberto Manhani

 <https://orcid.org/0000-0002-7856-0839>

**Resumo:** Neste artigo pretendo analisar a produção histórica de uma personagem negra nas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em suas primeiras décadas, a agremiação que se colocava como principal responsável pela escrita da história “oficial” do Brasil no século XIX pouco escreveu sobre o negro na história nacional. Após muitos anos de produção dessa *operação da ausência negra*, em um período específico, surge a construção de um grande herói negro. O IHGB descreve um Henrique Dias – soldado negro que lutou contra as invasões holandesas no nordeste brasileiro no século XVII – desde seus interesses mais pragmáticos, em meio à Guerra do Paraguai; enquanto também reforça, com outras duas biografias - uma de um indígena e outra de um homem branco - um dos motes da operação historiográfica proposta por Karl von Martius de uma nação formada por três elementos. Porém, o Dias descrito pelos sócios dessa instituição, com fortes ligações com o Império, além de procurar convencer seu público alvo, a elite imperial, de que seria proveitoso enviar negros e negras para o Prata; produzir uma heroicização de uma personagem que, domesticando o passado, torna-se obediente à Coroa e um denodado soldado pelo Brasil que lutou até o fim por seu Rei; também contribui para a continuidade e justificação de uma *necropolítica* presente, pelo menos, desde o século XV luso-brasileiro, ou seja, deixar morrer e/ou enviar para morte um “outro” interno em combate contra um “outro” externo.

**Palavras-chave:** História da Historiografia Brasileira. IHGB. Negro. Henrique Dias. Necropolítica.

**Abstract:** In this article I intend to analyze the historical production of a black character in the pages of the magazine of the Brazilian Historical and Geographical Institute. In its first decades, the group that placed itself as mainly responsible for writing the “official” history of Brazil in the 19th century wrote little about black people in national history. After many years of production of this operation of black absence, in a specific period, the construction of a great black hero emerges. The IHGB describes Henrique Dias – a black soldier who fought against the Dutch invasions in northeastern Brazil in the 17th century – from his most pragmatic interests, in the midst of the Paraguayan War; while also reinforcing, with two other biographies - one of an indigenous person and the other of a white man - one of the mottos of the historiographical operation proposed by Karl von Martius of a nation formed by three elements. However, the Dias described by the partners of this institution, with strong links with the Empire, in addition to seeking to convince its target audience, the imperial elite, that it would be beneficial to send black men and women to Prata; produce a heroicization of a character who, domesticating the past, becomes obedient to the Crown and a bold soldier for Brazil who fought to the end for its King; it also contributes to the continuity and justification of a necropolitics present, at least, since the Portuguese-Brazilian 15th century, that is, letting an internal “other” die and/or sending it to death in combat against an external “other”.

**Keywords:** History of Brazilian Historiography. IHGB. Black. Henrique Dias. Necropolitics.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

No fim da década de 1860, estavam mais delimitados os contornos do processo de emancipação dos escravizados no Brasil. Uma década antes, o tráfico havia sido efetivamente extinto e projetos de lei pela abolição – gradual e controlada – proliferavam nos debates acirrados da cena política na Capital. A preocupação com o que ocorreria após o fim do sistema escravocrata, como vimos, era constantemente abordada nas discussões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e, com o avanço do movimento abolicionista e o crescente apoio de parte da elite política nacional à causa da emancipação, era necessário planejar o futuro do Brasil. Entretanto, o mesmo período ainda demandaria outro esforço dos sócios da agremiação. Após disputas políticas, o Império entraria em um longo, árduo e impensado conflito armado contra o Paraguai, uma guerra que surpreenderia por sua duração e violência, mas também pela necessidade da formação de um exército brasileiro no calor do momento.

A cultura histórica oitocentista tinha como uma de suas características a utilização pragmática do saber histórico, produzindo um passado que atendesse a demandas específicas de seu presente (GUIMARÃES, 2003, p. 11). Inicialmente, a demanda da consolidação do Estado Nacional em torno de uma homogeneidade plural, a formação da identidade nacional que fortaleceria os laços de pertencimento e possibilitaria a unidade característica de uma “nação”, havia demandado que o passado fosse domesticado para produzir uma almejada “unidade-plural”. A identidade continuaria sendo uma chave explicativa e até mesmo mantenedora do engajamento nacional à guerra, porém não parecia suficiente para aumentar o número de soldados nas fileiras do campo de batalha. O exército nacional, mobilizado à toque de caixa, não conseguia atender à demanda de braços armados que o conflito exigia, e o alistamento de empobrecidos, negros ou não, tornou-se uma constante desde os primeiros anos do combate.

Dessa forma, durante e após a Guerra do Paraguai, o discurso sobre o negro no IHGB procurou atuar em duas frentes: exaltar diferentes momentos em que negros foram utilizados no exército luso-brasileiro ou brasileiro: a luta contra os holandeses, a Independência ou a própria Guerra da Tríplice Aliança, construindo, sobretudo com a biografia de Henrique Dias, um caminho para a liberdade e para a glória por meio da armada nacional; enquanto, ao mesmo tempo, aproveita-se da deflagração da Guerra para combinar o projeto de nação gestado no Instituto, com o sangrento campo de batalha em que se transformou parte da América do Sul. Mais uma vez, os letrados da agremiação reúnem enunciados disponíveis, pinçando, no passado brasileiro modelos que possibilitassem construir um discurso que produzisse em torno do negro/soldado uma solução para as necessidades do exército imperial e para as preocupações com o grande número de negros no Brasil. Por meio de mecanismos necropolíticos (MBEMBE, 2016), milhares de homens e mulheres seriam “convocados” a participar, com a direção de brancos, de uma guerra mortífera marcada pela fome e pelas doenças.

### **“Sob a negra epiderme”: a construção do herói**

No trigésimo primeiro tomo da revista do Instituto, os sócios da agremiação decidem publicar uma biografia de Henrique Dias, notório líder do “regimento dos homens pretos”, que lutou contra a invasão holandesa no nordeste brasileiro. Escrito pelo cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876), literato, jurista e político imperial, parece reunir, em um só artigo, diversos interesses políticos do Segundo Reinado e do projeto historiográfico do Instituto em torno de uma prática comum na agremiação carioca desde sua fundação: a produção biográfica (OLIVEIRA, 2009). As biografias “dos brasileiros ilustres, por armas, letras, virtudes...” são publicadas desde o primeiro número da revista do Instituto e constituem um conjunto importante para analisar o papel da escrita das vidas dos “grandes homens” e suas relações com o conceito



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

moderno de história.

Segundo Maria da Glória de Oliveira, a partir da cultura das luzes, a noção de mérito pessoal, ressignificou a compreensão de “herói”, herdando do antigo *topos* da *historia magistra vitae* a exemplaridade e as lições morais, porém, abandonando o “herói guerreiro” e se ancorando nas “qualidades pessoais e serviços prestados ao bem público e à humanidade”, principalmente quando essas trajetórias são ligadas ao “destino nacional”. A história desses homens agora se misturava à história da nação, encarnando “valores coletivos celebrados pela sociedade política do Segundo Reinado”. No caso da biografia que analisaremos, além do intuito de “criar uma linhagem de brasileiros notáveis desde os tempos coloniais”, em uma “longa duração da gênese nacional” (OLIVEIRA, 2009, p. 15-17), há também pelo menos duas utilizações pragmáticas para sua publicação, o reforço do projeto historiográfico de Martius – majoritário no IHGB - e a preocupação com outro conflito internacional, a Guerra do Paraguai.

Apoiada em relatos de cronistas e em documentos oficiais coletados nos arquivos portugueses e holandeses (OLIVEIRA, 2009, p. 164), a biografia de Henrique Dias pretendia consagrar ao soldado luso-brasileiro um lugar no “Panteão” nacional, destacando, sobretudo, suas contribuições bélicas durante a guerra contra os invasores holandeses no século XVII. Em seu texto, Pinheiro procura descrever os principais feitos de Dias ao longo das batalhas que participou, tendo como principal objetivo, ao fim de seu relato, comprovar que aquele homem merece seu “nicho” entre os grandes nomes da história brasileira. Para tanto, procura-se “comprovar” como o mestre-de-campo e seus homens detinham, “sob a negra epiderme”, um forte sentimento patriótico e uma lealdade inabalável para com o seu rei (PINHEIRO, 1868, p. 365-366). Para Oliveira (2009, p. 143) e Luna Halabi Belchior (2018, p. 30), as biografias escritas por Pinheiro buscavam fazer “justiça” e fixar, na memória nacional, nomes e feitos de grandes personalidades durante o desenrolar de importantes acontecimentos da história brasileira. Mas a produção biográfica sobre Henrique Dias, um homem negro, guardava suas especificidades?

Nos primeiros parágrafos de seu artigo, Pinheiro se adianta às possíveis críticas que receberia. Enquanto formula uma justificativa para sua imprescindibilidade, também constrói a sua defesa. Segundo o autor, esse “inteligente crioulo” só não tinha seu lugar garantido entre os vultos nacionais por viver em uma época em que “as diferenças das cores e das castas servia de empecilho ao galardão”. Porém, com essa biografia, a justiça poderia ser feita. Portanto, se por um lado seus leitores desqualificassem essa produção, precisariam assumir que esses vetos ainda persistiam. Por outro lado, se o nome do “mestre-de-campo” havia sido impedido, até aquele momento, de constar nos anais brasileiros, era por preconceitos e interdições que, agora, pareciam ter ficado para trás. No retrato construído por Pinheiro, além de um homem patriota, Dias torna-se também um herói, pois, mesmo diante de todos esses impedimentos, tornou-se “mestre-de-campo, fidalgo e cavaleiro da antiquíssima ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo” (PINHEIRO, 1868, p. 365), fatos que apenas reforçam a necessidade da composição de sua biografia.

Os preconceitos, por sua “casta” ou sua “cor”, certamente foram dificuldades que o mestre-de-campo enfrentou em seus dias. Porém, a superação desses obstáculos pregada por Pinheiro com a utilização do substantivo “época”, como sabemos, está longe de ser factual. Se nos atermos ao próprio regimento de Dias, acompanhando os estudos de Hebe Mattos, podemos perceber que neste caso, especificamente, os impedimentos por “cor” só aumentaram ao longo do século XVIII e XIX. Após a formação do chamado “terço dos Henriques”, os mesmos títulos concedidos ao mestre-de-campo seriam negados aos seus sucessores, exatamente pela cor de sua pele. No setecentos, quando Amaro Cardigo, então capitão do terço, solicitou à Mesa de Consciência e ao Conselho Ultramarino o recebimento dos hábitos e comendas às Ordens



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Militares, recebeu como justificativa à negativa sua descendência africana e/ou escrava (MATTOS, 2007, p. 10). Seguindo os relatos da autora, foi no século XVIII que as ordens militares luso-brasileiras adotaram a cor e a utilização errônea de africano e escravo como sinônimos, como uma norma de denegação a títulos oficiais. Assim, a partir desse período, “a cor se tornara formalmente em impedimento para o recebimento” de honras e soldos militares. As hierarquias e classificações racializadas que Pinheiro parece relegar à outra “época” estão tão claras em seu tempo quanto nos dias de seu biografado (MATTOS, 2007, p. 11).

Feitas as justificativas, começamos a conhecer a personagem, um homem pernambucano, filho de pais africanos, “muito provavelmente escravos”, alfabetizado (como comprova sua assinatura em uma “preciosa coleção de autógrafos” e algumas cartas) e que, ao longo de seu percurso, tornou-se também capitão e governador dos crioulos, negros e mulatos. Sua jornada teria se iniciado em 1633, quando Henrique Dias, juntamente com alguns “homens pretos”, procuraram Matias de Albuquerque (1580-1647), então *Visitador e Fortificador* das capitanias do Norte, para se oferecerem, “por amor à pátria”, como voluntários para o exército luso-brasileiro, instalado no forte Real de Bom-Jesus (PINHEIRO, 1868, p. 366).

Naquele momento, o exército encontrava-se desfalcado e fragilizado por seguidas derrotas diante dos invasores. Para o autor, esse “desespero”, pode ser medido pela atitude de Albuquerque, que prontamente nomeou Dias capitão e pediu-lhe que incorporasse ao seu batalhão o maior número de soldados de “sua cor” que pudesse reunir, impondo apenas uma condição: que todos estivessem “isentos do cativo”. Seguindo os relatos de Duarte Coelho de Albuquerque, irmão de Matias, Pinheiro destaca novamente que o “apuro” em que se encontravam as tropas impedia o general de negar a ajuda oferecida pelo “crioulo”. Segundo o próprio autor, o relato de Duarte Albuquerque, depreciando a ajuda daqueles homens, pode ter ofendido, “por mais de uma vez”, o próprio Dias, que, devido à sua determinação, esqueceu o “desprezo”, mantendo-se no exército, ao contrário de “Calabar”<sup>1</sup>. Assim, com desprezo, necessidade e “patriotismo”, nascia o “terço da Gente Preta” (PINHEIRO, 1868, p. 367).

Após essa breve apresentação geral, podemos dividir o restante da biografia em cinco partes: uma batalha inicial, onde Dias é ferido e alçado, desde já, ao heroísmo; trecho que é seguido de um intervalo em que são apresentados o treinamento do regimento e a necessidade de uma “correção” com relação a algumas imprecisões históricas sobre a personagem; para então retornarmos às pelejas com a descrição da participação mais importante do terço de Henrique Dias durante a invasão holandesa, a batalha de Guararapes; a descrição da consagrada contenda é então interrompida para mais uma “reparação”; para só então fechar o texto com o relato do restante da batalha e, de maneira bem breve, com o desfecho da própria guerra contra os holandeses.

Durante o primeiro conflito narrado, apenas uma entre tantas participações do regimento, Dias teria sido gravemente ferido enquanto lutava, com Filipe Camarão (1600-1648), contra mais de mil holandeses em Porto-Calvo, no ano de 1637. Segundo a descrição, durante a batalha, o capitão teria sido atingido por um tiro em sua mão esquerda. Com o fim do embate, o “crioulo” teria alcançado sua “glória” quando, aos moldes de “*Múcio Scoevola*”, pediu pela amputação do membro para apressar o seu retorno às fileiras do exército. Nesse momento, Dias teria proferido suas palavras mais importantes; segundo o literato, o mestre-de-campo teria dito necessitar

<sup>1</sup> Provavelmente, trata-se de Domingos Fernandes Calabar (1609-1635), senhor de engenho que se aliou aos holandeses e foi considerado, principalmente na obra de Varnhagen ao tratar do período holandês, um dos maiores traidores da Pátria: (VARNHAGEN, 1975); (VARNHAGEN, 2002). Calabar era “mestiço”, provavelmente filho de uma indígena com um português. Há obras que revisitaram, após Varnhagen, a história do senhor de engenho, inclusive Chico Buarque e Ruy Guerra (1975); (CINTRA, 1975).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

apenas de uma mão para servir ao seu rei e à sua pátria. Porém, por “amor à verdade”, o instante de glória é interrompido por uma advertência do autor: devido aos diferentes relatos do ocorrido, a frase transcrita tratava-se de uma compilação que reunia diversas descrições que haviam sido coletadas de cronistas, portanto não era possível atestar sua fidedignidade. De qualquer maneira, a “fala heroica” do “galardão” “transpôs o Atlântico”, fazendo com que o governo de Madrid o recompensasse por sua bravura, concedendo-lhe o “hábito de Cristo” e o “foro de fidalgo” (PINHEIRO, 1868, p. 367, grifos meus).

Apesar de descrever rapidamente outras batalhas, Pinheiro se detém em um “breve intervalo” de paz, quando o mestre-de-campo pôde treinar seus homens no manuseio das armas e na “tática europeia”, submetendo-se, ele mesmo, ao “jugo da disciplina” militar, o verdadeiro “talismã da vitória” (PINHEIRO, 1868, p. 368). Esse trecho traz um detalhe interessante. O terço de Henrique Dias, segundo Mattos, não utilizava táticas comuns na Europa, ainda que fossem, mesmo assim, estratégias “europeias”. Com o regimento dos negros durante a guerra contra os holandeses, os portugueses puderam instituir no Brasil uma técnica que haviam utilizado amplamente na África Central, mais ou menos no mesmo período. Durante as chamadas “guerras pretas”, líderes negros locais eram recrutados para comandar uma pequena tropa autóctone que avançava de forma inesperada sobre os inimigos, mesmo assumindo o risco de, com a exposição desenfreada, ocorrerem muitas baixas. No caso africano, esses capitães eram grandes conhecedores do terreno, o que tornou a tática uma “importante instituição militar”, principalmente para as “guerras angolanas” do século XVII (MATTOS, 2007, p. 01). O modelo de recrutamento, as estratégias de ataque e a organização do terço durante a Guerra Brasílica seguem o mesmo modelo, ainda que detenham algumas especificidades.

A descrição desse “breve intervalo” não é fortuita. Esse trecho servirá a um propósito específico, pois tanto a “disciplina” falha quanto o “treinamento” reduzido dessas tropas se converterão, posteriormente, em uma justificativa para apagar uma das “manchas” históricas do biografado. Retornaremos depois a essa questão.

Depois desse efêmero desaparecimento dos “heróis pernambucanos” – aqui incluídos Camarão e Vidal de Negreiros (1606-1680) –, João Fernandes Vieira (1610-1681) convocou novamente o trio e seus soldados, obrigando o mestre-de-campo a adiar o recebimento de seu hábito de Cristo, que seria entregue pelo Rei de Portugal. Durante esse hiato, o “silêncio da história, que, como dizia Voltaire, é a felicidade dos povos” quase nos fez “perder o vestígio dos seus passos”, mas Dias e seu terço voltam à cena, atendendo ao chamado do “arcanjo da liberdade” (PINHEIRO, 1868, p. 369).

Com o retorno dos “heróis” ao exército, esperava-se um retorno à narrativa das batalhas. Mas Pinheiro tinha outros planos. Desconsiderando alguns combates importantes, o literato se detém longamente em um “mal-entendido” historiográfico, procurando corrigir “imprecisões” enquanto torna ainda mais notável a atuação de seu biografado.

Acompanhando uma carta de Gonçalo Pinto de Freitas, escrita a pedido de Antônio Telles da Silva, então governador da capitania, enviada ao Rei de Portugal, tem-se a notícia de que Dias e seus homens haviam desertado em março de 1645. No texto, Telles da Silva informa a “traição” de Henrique Dias e seus homens após uma discussão entre o mestre-de-campo e outros superiores, por terem negado um pedido seu de dispensa em razão do adoecimento de sua mulher e filhos. Na ocasião, Dias também teria reclamado de seus pagamentos e da maneira como era tratado pelo governo da capitania, que, servindo-se dele como se fosse um “cativo”, aplicava-lhe punições severas apenas pela sua cor, dizendo-lhe que “como negro que era, merecia um grande castigo como exemplo dos [de]mais” (PINHEIRO, 1868, p. 370).

Na mesma noite, o capitão e seus homens teriam fugido da fortificação instalada ao lado do



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Rio Real, sendo seguidos de perto por Camarão e seus “índios”, a pedido de Negreiros. Como seu destino era desconhecido, era possível que tivessem migrado para o lado holandês de Pernambuco ou se reunido com outros negros nos quilombos da região. A carta solicitava a permissão da Coroa para sua punição e o envio de outra correspondência ao Supremo Conselho do Recife, a junta do governo holandês da região, para que também procurassem pelo regimento e, caso os prendessem, os entregassem aos responsáveis para que fossem aplicadas as penas adequadas. O caminho dos traidores, segundo Negreiros, poderia ser rastreado pelos saques e “outros malefícios” relatados pelos moradores da região. O documento em questão, extraído dos arquivos do próprio IHGB, segundo o autor, foi reproduzido integralmente em nota. Em seguida, Pinheiro reproduz mais uma comunicação oficial, mas dessa vez enviada pelos delegados holandeses (PINHEIRO, 1868, p. 370).

Surpreendido pela Insurreição Pernambucana (1645-1654), o conselho holandês enviou essa missiva à João IV, questionando a presença de Dias, Camarão e seus homens entre os sublevados nordestinos, já que os conflitos na região haviam sido interrompidos após um acordo firmado entre portugueses e holandeses na Europa. Enquanto ocorria a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e mantinha-se a União Ibérica, os holandeses tinham um conflito mais importante para lutar. Dessa forma, o Conselho pedia ao governo português que tomasse providências e convocasse seus soldados, pois eles haviam chegado à Bahia e invadido “de pancada” a capitania, ignorando “o direito público e geral”, enquanto traziam “guerra” e desordem como “desumanos, ladrões e piratas” (PINHEIRO, 1868, p. 372).

O conjunto de documentos, tratado como “curioso” pelo autor, foi recolhido no arquivo da Instituição e ocupa, em nota, seis páginas da biografia (PINHEIRO, 1868, p. 369-375). Mas, antes mesmo de transcrever as cartas, Pinheiro já tecia uma defesa. Toda essa “artimanha”, que teria valido mais “à causa da restauração do que a remessa de um exército”, faria parte de um plano arquitetado por Telles da Silva, Vieira e o próprio João IV. Com o armistício e a paz selados temporariamente, o governo luso-brasileiro decidiu desestabilizar por dentro o território holandês. Enganando o Conselho, inventaram a traição de Dias e seus homens para infiltrar seu regimento e o de Camarão no lado holandês, insuflando a revolta sem que, com isso, o acordo fosse quebrado (PINHEIRO, 1868, p. 371). A descrição pormenorizada do ocorrido, bem como a reprodução das cartas, pretendia provar que o “fidelíssimo” Dias não havia desertado, mas contribuído de maneira ímpar para a concretização de uma manobra arriscada e bem planejada da Coroa portuguesa. A comunicação de Telles da Silva e do Conselho holandês “comprovavam” a tese de Pinheiro. Mas ele vai além. O literato afirma que a própria insurreição não ocorreu espontaneamente como se tem “querido atribuir”, mas sim pela contribuição essencial de Dias, que teria insuflado os revoltosos a se reunirem. Com o tempo e uma “má inteligência dos documentos”, recaiu sob o herói a “nódoa da traição”, contribuindo para que seu nome fosse ignorado por outros cronistas e historiadores do Brasil (PINHEIRO, 1868, p. 374).

Comprovada sua “inocência”, destacado ainda mais seu heroísmo, Dias estava redimido. “Urgido pelas circunstâncias, [ele] escondeu por um instante as garras do leão debaixo da pele de raposa”, para depois reunir-se no vale do São Francisco com outros soldados, atacando os holandeses de surpresa com “suas correrias”, fazendo com que o conselheiro Baltasar Van de Voorde reconhecesse nos negros um outro “gênero de guerra”, superior ao de seus homens (PINHEIRO, 1868, p. 374-375).

Feita a “correção”, retornamos às batalhas. Após descrever rapidamente outros enfrentamentos, Pinheiro pôde iniciar o relato dos dois episódios mais conhecidos da participação de Henrique Dias e seu regimento: as batalhas de Guararapes. Em 1648, o exército da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais precisava reconquistar o Porto de Nazaré,



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

importante rota de abastecimento de suas tropas. No entanto, sabendo com antecedência o curso de seus inimigos, Vieira, Negreiros e Dias instalaram seus regimentos em pontos estratégicos do monte Guararapes, onde puderam surpreender os holandeses, impingindo-lhes uma derrota importante. Dias e seus homens foram posicionados no flanco esquerdo, ao lado dos homens de Vieira, o local mais atacado pelos oponentes.

Todavia, após a vitória parcial, tanto os homens do regimento de Dias como os de Camarão, respectivamente negros e indígenas, “lançaram-se sobre os despojos dos inimigos mortos; devendo-se a esta circunstância a perda da artilharia, que bem funesta nos poderia ser”. Essa “vergonha”, entretanto, não poderia recair sob nosso herói. Como o literato já havia destacado antes, suas tropas eram “irregulares, acostumadas as depredações da guerra sui generis que então se fazia em Pernambuco”, eram homens que careciam de “força moral”, “disciplina”, e por isso dedicavam-se à pilhagem em vez da vitória, algo reprovado veementemente por seu valoroso líder (PINHEIRO, 1868, p. 379-380).

Contudo, na “aurora de 19 de fevereiro de 1649”, o “valente cabo dos pretos” pôde, finalmente, “lavar a vergonha passageira dos seus no sangue dos contrários” em outra batalha, nas mesmas montanhas de Guararapes. Invertendo a lógica do conflito ocorrido no ano anterior, dessa vez era o exército holandês, comandado pelo coronel Van der Brincke, que aguardava os regimentos luso-brasileiros nos desfiladeiros. Percebendo o perigo, Francisco Barreto de Meneses (1616-1688), então mestre-de-campo-General, ordenou que suas fileiras aguardassem, fazendo com que os holandeses descessem e os enfrentassem em “campo raso” (PINHEIRO, 1868, p. 380-381). Após muitas horas de batalha, o exército de Brincke foi totalmente derrotado.

Por fim, o leitor é lembrado da importante participação de João IV, além da frota de Pedro Jacques de Magalhães, que impôs a derradeira derrota aos holandeses. Com o fim da guerra, “desce o pano sobre o palco histórico” e “desaparecem os protagonistas”, que agora, em sua vida privada, retornam às suas casas para dispor “sobre o berço de seus filhos os lauréis adquiridos no campo de batalha”. Dias, o “*Scoevola* brasileiro” de quem “ninguém mais fala”, não poderia ter os momentos de sua vida pós-guerra contados, não se sabe como transcorreu sua “honrada velhice”. Para o autor, muito provavelmente tenha passado seus últimos dias “reclamando o pagamento de atrasados soldos, pedindo indenizações que nunca chegaram e deixando a sua mulher e filhas por único legado a herança de seu nome”. Redimidas as injustiças e corrigidos os erros, “mais esse brasão da nossa tão moderna e já tão brilhante história” poderia ocupar o seu lugar no panteão nacional (PINHEIRO, 1868, p. 382-383).

### **A Batalha de Guararapes: cores e valores**

Pinheiro considerou a “batalha de Guararapes” um dos mais importantes acontecimentos da história nacional. Para ele, esse instante de glória ainda aguardava que um “Horácio Vernet brasileiro” (PINHEIRO, 1868, p. 381) a imortalizasse. Onze anos após a publicação da biografia, Victor Meirelles tornou-se nosso Vernet. O quadro, realizado entre 1875 e 1879, traz em tons fortes e imponentes a força da batalha, imprimindo inclusive a participação do terço dos Henriques. Não pretendemos abordar a obra, seus aspectos técnicos ou suas ligações com o período, mas sim utilizá-la como mote para discutirmos mais detalhadamente o “retrato” construído por Pinheiro<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Nós nos baseamos aqui nas análises de Lúcia Klück Stumpf, sobre o quadro “Batalha de Guararapes”. (STUMPF, 2019, p. 338-340). Há diversos trabalhos que tratam da análise de imagens em estudos históricos, dessa forma, nos apoiamos também em: (MAUAD, 2014, p. 105-131).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



**Figura 1:** Batalha de Guararapes. Victor Meirelles. 1879. Óleo sobre tela, 923x494cm. MNBA/RJ

Em todo o texto, a produção desse “retrato” parece ao leitor uma tarefa espinhosa. Pinheiro parece manter-se na defensiva, preocupado com as críticas que poderia receber. A divisão que propomos no início – que não é utilizada pelo autor – parece expor algumas preocupações características de uma composição sobre um homem negro no século XIX. Dias conquista seu lugar no “panteão de papel” (ENDERS, 2000) nacional após ser ferido em combate. Mesmo sem uma de suas mãos, heroicamente continua a lutar pelo seu rei e pela sua pátria. A partir daqui, Pinheiro pode pintar em sua silhueta uma armadura de soldado. Um homem negro que, no exército, pode tornar-se o destaque de uma pintura. Feito o esboço, era necessário corrigir algumas imperfeições, erros que foram cometidos em “retratos” anteriores. Porém, a pecha de desertor, que por uma má interpretação dos documentos manchou a imagem do mestre-de-campo, só pode ser refutada pelo Pinheiro historiador. Reproduzindo documentos, remetendo a outras obras e descrevendo solenemente mesmo aquilo que desejava esconder, o historiador reforça sua busca pela “verdade” e pela “justiça”, características da cultura historiográfica oitocentista.

Com tudo em seu devido lugar, retorna o artista. Agora é possível continuar a pintura, dessa vez desenhando, com cuidado, o fundo que comporá o quadro e possibilitará destacar com louvor o próprio retratado. As mãos e o estilo são “europeus”, como os de Meirelles, procura-se atender às necessidades da escola idealista romântica, todavia com um tom “passadista”, característico do período (STUMPF, 2019, p. 342). A batalha, o fundo caótico e as cores vivas procuram ressaltar todo o entorno do herói, tendo inimigos e compatriotas dispostos frente a frente. Mas, abandonando o pincel e retomando sua pena, Pinheiro volta-se novamente ao passado. A “vergonha” sem rosto, nem nome, não pode ser representada. Mas, mesmo sem rosto ou nome, ela parece ter uma cor. Se os homens se lançam aos despojos, não podem ser soldados, filhos da disciplina; convertem-se, portanto, em “despreparados” sui generis. Os documentos demonstram que houve pouco treinamento, “comprovam” que o líder valoroso comandava homens pouco valorosos. Sem “força moral”, os “pretos” do regimento são sempre tratados apenas como “pretos”. Há outras publicações do Instituto que relatam a guerra contra os holandeses. Em alguns casos, os relatos ocupam muitos tomos e centenas de páginas. Em todos eles, o terço de



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Henrique é citado (MANHANI, 2021, p. 83), mas em apenas um encontramos o nome de um de seus soldados, Henrique de Mendonça (SANTIAGO, 1877, p. 493).

De qualquer maneira, mesmo com a “vergonha”, era inevitável que, ao fundo do comandante, houvesse comandados. A estratégia foi pintá-los sob uma penumbra, uma sombra que os cobria, da mesma forma que seus inimigos. Essa escuridão, que também se projetava sobre Dias, parecia atingi-lo de outra forma, havia sobre seu rosto um pouco menos tinta. O “crioulo” parece diferente dos “pretos” que comanda. Nas ações em curso, ele sempre parece mais próximo de Negreiros – branco – e de Camarão – indígena – que de seus próprios soldados. A utilização do vocábulo “crioulo”, ao longo de toda a biografia, parece reforçar uma diferença importante; Dias seguramente era “brasileiro”, nascido em Pernambuco, mesmo que filho de pais africanos. No oitocentos, o vocábulo “crioulo” poderia ser utilizado como um sinônimo de “negro”, porém, na maioria dos casos, era uma designação específica para descendentes de africanos que nasceram e/ou se criaram no Brasil (CUNHA, 1985, p. 22). Um sinônimo para “negro ladino”, em oposição ao “negro boçal”, um termo pejorativo que era utilizado para se referir aos africanos desembarcados deste lado do Atlântico<sup>3</sup>.

A batalha segue e a vitória, que antes fora parcial, torna-se completa. Com o descansar dos pincéis ou o cair das cortinas, esvazia-se o palco histórico. Dias, como a pintura, mantém-se sempre jovem, seu destino só pode ser traçado pela imaginação. Finalizada a obra, o mestre-de-campo que antes era apenas uma silhueta torna-se uma imagem nítida. Pintado entre os vultos do panteão nacional, sua exemplaridade seria direcionada para o presente.

Desviante das obras expostas cotidianamente na galeria de “brasileiros ilustres”, esse retrato não poderia ser apresentado sozinho. A biografia de Dias faz parte de um conjunto de publicações do mesmo autor, todas descrevendo a vida de personagens que lutaram contra um invasor estrangeiro. Há um estudo sobre Filipe Camarão (PINHEIRO, 1869, p. 201-208), líder indígena dos potiguares, e outro artigo sobre André Vidal de Negreiros (PINHEIRO, 1869b, p. 329-342), político e militar português. Em três retratos de uma guerra, o Pinheiro “pintor” coloriu a nação de branco, vermelho e preto. O historiador, por seu turno, apresentou um capítulo heroico da história nacional enquanto reforçava um dos projetos historiográficos do Instituto: o brasileiro como produto da mescla das três raças. Karl von Martius (MARTIUS, 1844, p. 389-411), Pinheiro e Meirelles pintaram quadros parecidos. Em 1844, 1868 ou em 1872, o homem branco se mantinha ao centro, sempre mais elevado, guiando negros e indígenas em direção ao futuro ou ao inimigo.

De qualquer maneira, na segunda metade do século XIX, as preocupações de Pinheiro e Meirelles com o seu presente eram relativamente parecidas. O primeiro “pintava” suas biografias em prol do Império e do Instituto, enquanto convivia com a cruel Guerra da Tríplice Aliança e observava o ínfimo recrutamento das tropas nacionais. O segundo compôs sua obra a pedido do Imperador, alguns anos após o fim do conflito, para que todos pudessem lidar com as consequências e os resquícios da conflagração (STUMPF, 2019, p. 345).

Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), muitos letrados do Segundo Reinado procuraram domesticar o passado para atender às demandas urgentes e pragmáticas do seu presente. As atenções de Varnhagen, outro sócio ilustre do Instituto, também se voltaram para esse conflito. Em sua “História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654” (VARNHAGEN, 2002), preocupado com o conflito do seu período (SANTOS, 2012, p. 99),

<sup>3</sup> Há divergências quanto à origem desse vocábulo. Em alguns casos, autores como Aurélio Buarque de Holanda consideram que sua origem seja baseada no verbo “criar”, porém, para Fernando Lázaro Carreter e Paul Teyssier, o termo teria se originado, na língua francesa, de “créole” ou “créolilisé”, que pode ser traduzido como “adaptado às colônias” (CARRETER, 1981, p. 121-122) (TEYSSIER, 1982, p. 34).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

procurou fortalecer o patriotismo, criar laços de pertencimento que remetessem a um passado longínquo, inclusive considerando as batalhas contra os holandeses como um momento crucial para o nascimento do nacionalismo brasileiro (WELHING, 2001, p. 45). Em ambos os casos, o intuito era fomentar o alistamento nas fileiras do exército.

### Os “voluntários” e a Pátria

A utilização de negros escravizados, libertos ou livres no exército era uma tradição da colonização portuguesa que teve continuidade no Brasil independente (LIMA, 2002, p. 131-152). Segundo Charles Boxer, o recrutamento de escravos para as “milícias” bragantinas foi uma das “medidas extremas” adotadas pelos portugueses para fortalecer o poderio militar colonial em diversos momentos. Esses regimentos, divididos em uma hierarquia de cor, normalmente eram comandados por homens de pele mais clara, “mestiços” que Boxer chamou de “brancos amorenados” (1969, p. 143). Mesmo em conflitos menores por terra ou em movimentos de expansão de fronteiras, alguns escravizados eram utilizados como força armada dos próprios senhores, uma organização que não era, necessariamente, eventual. Esse recrutamento possibilita aos escravizados uma ascensão social significativa, além de proporcionar uma proximidade importante com os proprietários. Em muitos casos, esse engajamento garantia a sobrevivência e até mesmo a alforria (IZECKSOHN, 2015, p. 97) desses escravizados.

Essa é uma relação que é em si paradoxal, negros e/ou escravizados não podiam se alistar no exército (IZECKSOHN, 2015, p. 98)<sup>4</sup> e havia leis que proibiam que libertos e escravos empunhassem armas. Porém, diante do grande número de cativos, da dificuldade financeira e da escassez de braços para compor o apoio militar português ou brasileiro, a prática se estendeu por toda a colonização, como demonstra o exemplo dos batalhões de Henriques; as lutas de Independência, do início do século XIX, sobretudo no Rio de Janeiro e na Bahia (CARVALHO, 2006, p. 01-30); e a Guerra da Tríplice Aliança.

O próprio Instituto reproduziu um documento em 1897 sobre o “recrutamento” de negros durante as guerras pela independência. O ofício, escrito por José Joaquim Carneiro de Campos (1768-1836), então Ministro dos Negócios do Império do Brasil, solicitava aos moradores da província da Bahia a libertação de todos os escravizados que lutaram contra os portugueses por ocasião da guerra de independência, em 1823 (CAMPOS, 1897, p. 159-160). De acordo com o documento, sua “Majestade Imperial”, Pedro I, havia decidido, em “consideração aos serviços prestados pelos escravos habitantes da Bahia”, que todos que lutaram pela “sagrada independência deste Império” poderiam desfrutar da “mesma liberdade, para que tanto concorreram” (CAMPOS, 1897, p. 159).

Mas o ofício não determinava a emancipação dos cativos, apenas “convocava” os senhores a libertarem seus escravizados que participaram do conflito, para que, “forros e livres”, pudessem “continuar a servir nos corpos militares, em que tiveram praça”. A alforria seria assinada mediante um pagamento “razoável” feito pela “respectiva junta de fazenda” a todos os proprietários que assim desejassem. Ou seja, nenhum homem ou mulher escravizada que lutou pela independência da nação tornou-se livre automaticamente, todos dependiam da vontade de seu senhor, algo que o próprio Campos, e provavelmente também o Imperador, admitia ser bastante complicado. Mesmo anunciando o pagamento, o ministro apela aos “sentimentos” dos senhores e à identificação com os desejos do próprio Pedro I para que os proprietários, de “bom grado”, concedam-lhes a liberdade da qual foram “dignos”, gratuitamente, em atenção e respeito “ao serviço público” (CAMPOS, 1897, p. 160).

<sup>4</sup> Apenas em novembro de 1837, com a Lei nº 560, a segregação no exército imperial foi finalmente abolida.



Ainda no século XIX, durante as revoltas das décadas de 1830 e 1840, o exército nacional passou a ser majoritariamente negro (CASTRO, 1969, p. 27). A maioria dos batalhões eram compostos por homens empobrecidos, pretos e pardos livres ou libertos, que encontravam no alistamento alguma garantia de sobrevivência. Considerados pela lei como propriedades, escravizados não podiam se alistar ou mesmo ser recrutados pelo Estado, já que o direito de seus senhores seria prejudicado. Dessa forma, mesmo que o governo imperial os recrutasse, era necessário que estes recebessem, antes do alistamento, sua carta de alforria (CHIAVENATO, 1983; 1996).

Portanto, não poderiam existir escravizados lutando pelo exército brasileiro na Guerra do Paraguai, no máximo homens e mulheres que até então se encontravam em situação de cativo e que foram libertados por ocasião de seu engajamento nas tropas. Em alguns casos, os cativos foram recrutados à força, doados ao governo por seus proprietários para substituírem seus filhos que haviam sido convocados. Durante a Guerra da Tríplice Aliança, essa prática tornou-se corriqueira. Em diversas localidades, proprietários e aparentados se recusavam a atender ao chamado do exército e, em “compensação”, enviavam seus escravos em seu lugar, livrando-se, dessa maneira, da obrigação militar (SOUZA, 1996, p. 63). Em casos mais raros, escravizados fugidos se engajaram na guerra como libertos, principalmente nos primeiros anos do conflito. A promessa de alforria e insalubridade da vida de escravizado na cidade ou no campo faziam com que algumas pessoas fugissem e se instalassem como soldados. Ricardo Salles encontrou alguns desses casos nos relatórios de tropas enviados ao governo no período. Nessas listas, esses soldados são descritos como “elemento servil”, porém o autor não acredita que os números expostos sejam precisos (SALLES, 1990, p. 64-65).

É importante salientar que essa prática não é exclusiva do caso brasileiro. Podemos encontrar paralelos nas lutas pela independência e na própria Guerra Civil norte-americana como bem demonstrou Luciana da Cruz Brito, ao descrever o alistamento de homens negros no exército yankee ou, posteriormente, da porção norte dos Estados Unidos (2023, p. 74). A mesma autora lembra ainda que alguns naturalistas daquele país em viagens ao Brasil notaram a forte presença de negros entre os soldados nacionais, como é o caso de Charles Pickering (1805-1878) e Charles Wilkes (1798-1877) (BRITO, 2023, p. 39-47).

Retornando ao Brasil, com a escassez de soldados diante do prolongamento do conflito no Prata, cada vez mais, “voluntários da pátria”, em sua maioria libertos que viviam nas cidades, começaram a compor as fileiras do exército nacional – inclusive menores (SOUZA, 1996, p. 76). Em alguns casos, negros eram enviados forçosamente para o conflito por serem “truculentos”, em sua maioria praticantes da capoeira, uma forma de “punição” que fez com que muitos soldados, inclusive brancos, aprendessem a expressão cultural durante o conflito. Em diversos momentos, a utilização de negros nas milícias coloniais e no exército brasileiro se relacionou à prática da capoeira, procurava-se “punir” os “desordeiros” e, ao mesmo tempo, utilizá-los como capangas ou soldados (ALBUQUERQUE, 2006, p. 244).

Alguns anos após o início da Guerra, o Império recrutou a Guarda Nacional – força que atuava internamente, inclusive no combate às rebeliões escravas –, editando um decreto que permitia que esses soldados operassem fora do território brasileiro. Mesmo tendo relativo sucesso, o número de soldados tornou-se insuficiente ainda em 1867. Então, outra medida do Império desagradou parte da elite que compunha o alto escalão do exército e da Guarda Nacional. Para aumentar o recrutamento, as bonificações e o status dos membros dos “Corpos Destacados ou Voluntários da Pátria” foram alterados, tornando a diferença oficial da elite militar para com os “voluntários” praticamente nula (SOUZA, 1996, p. 58). Mas, se havia paridade “oficial”, mantiveram-se diferenças veladas de raça, de gênero e sociais, tanto na hierarquia militar como



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

durante o conflito. Segundo os relatos de Alfredo Taunay, até mesmo no desfile da vitória o batalhão dos “voluntários”, em sua maioria composto por negros, teria desfilado por “último” durante as comemorações<sup>5</sup>.

Com o novo decreto, pretos e pardos empobrecidos tornaram-se soldados e, com essa pretensa igualdade, fomentou-se a criação de um mito em torno do exército nacional que perdurou pelo restante do Segundo Reinado e alcançou a Proclamação da República: a inexistência de desigualdade racial e social no exército brasileiro (SOUZA, 1996, p. 58-70). O número de pretos e pardos no exército apenas aumentou até 1870, tanto devido ao prolongamento do conflito quanto pela própria demografia brasileira. É nesse momento final, quando os números de negros, libertos ou não, crescia vertiginosamente na Guerra da Tríplice Aliança, que Pinheiro escreve a biografia de Henrique Dias. O período, de crescente necessidade de braços para o exército, mas de muita resistência dos senhores, sobretudo dos fazendeiros em ceder a mão de obra de sua lavoura, parece propício para a exaltação de um homem negro que lutou pela “libertação” de sua pátria do “jugo” estrangeiro.

No mesmo tomo XXXI em que a biografia de Henrique Dias foi publicada, o Instituto também reproduziu a “memória” de Antônio Rodrigues de Oliveira sobre a necessidade da importação de imigrantes europeus diante da “impossibilidade” de uma contribuição dos negros, “em qualquer época”, para o desenvolvimento do país (OLIVEIRA, 1868, p. 76). Não nos parece haver contradição na decisão da Redação da Revista. Eles delimitam, claramente, onde e quando os negros podem contribuir ou participar do desenvolvimento nacional. Oliveira veta a contribuição negra/africana nas artes, na ciência, na cultura e na “indústria”, mas, no mesmo número, pelas mãos de Pinheiro, a entidade determina o lugar de milhões de homens e mulheres brasileiros, inclusive para os que se encontravam em situação de cativo: entre a escravidão e a morte.

O discurso do negro como soldado e da liberdade por meio da guerra manteve-se na ordem do dia no Instituto, mesmo após o fim da Guerra do Paraguai. Em 1872, a agremiação dedicou muitas páginas ao longo estudo de Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938) (1872, p. 249-676). O artigo procura traçar um detalhado relato sobre as ordens beneditinas e seu estabelecimento no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, citando cada uma das presidências, os principais detalhes do mandato e as ligações entre essas ordens e alguns acontecimentos da história do Brasil. Mas, acompanhando o estudo, nós nos ateremos à passagem que mais nos interessa, quando o autor relata parte do cotidiano do Frei José da Purificação Franco, eleito para sua administração em 1868.

Esbarrando em eventos bem recentes do passado nacional, Galvão destaca a “contribuição” do religioso na “infeliz guerra do Brasil com o pérfido governo do Paraguai”. Franco teria sido um exemplo de “amor à causa do Estado” ao dispor de “peitos brasileiros” às fileiras do exército nacional. “Abrindo os horizontes da liberdade aos seus escravos”, o abade lhes teria dado a “opção” do alistamento na “armada” para lutar contra o vizinho americano (GALVÃO, 1872, p. 411). O estudo de Galvão, publicado no mesmo ano em que se firmou o tratado de paz entre Brasil e Paraguai, realça novamente como o ingresso no exército abriria o “horizonte da liberdade” para todos os cativos que “gentilmente” fossem cedidos ao Estado.

Durante o maior conflito armado da América do Sul, parte dos sócios da agremiação carioca acionaram enunciados disponíveis desde, pelo menos, o século XVII para construir um discurso diferente sobre o negro. A utilização pragmática desse passado condiz com a retórica da nacionalidade construída ao longo de todo o século XIX pela agremiação, primeiro porque reforça

<sup>5</sup> Utilizo as aspas por ser o termo empregado pelo autor, pois, segundo o próprio Taunay, os “voluntários” foram seguidos por carregadores de bagagens, comerciantes e mulheres (PEDRO, 2001, p. 16).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

laços de pertencimento e a constituição de uma identidade homogênea, hierarquizada e racializada, que pretende conciliar o diferente em torno de uma unidade. O passado vitorioso, seja sobre os holandeses, portugueses ou paraguaios, também reafirma uma convivência harmoniosa, constitutiva do próprio brasileiro, apresentada no projeto premiado pela instituição em 1847 (IHGB, 1847, p. 279). No mesmo movimento, a ausência negra, construída ao longo das primeiras décadas da entidade, dá lugar a outra formação discursiva. O negro é “inserido” na história, agora ele pode ter sua liberdade por meio do alistamento. Pode ser “imortalizado” como herói e alçado ao panteão de brasileiros ilustres, como um soldado. Entrando no exército, homens e mulheres que antes eram ausentes podem ser “retratados” como símbolos de patriotismo e lealdade por um grande literato de uma renomada instituição.

### **A necropolítica e o “infortúnio”**

Essa mudança não ocorreu apenas para atender a demanda de braços armados para a Guerra da Tríplice Aliança. Durante as décadas de 1860 e 1870, as atenções da elite letrada e política do Segundo Reinado se dividiam entre o conflito e a inevitável emancipação.

A derrocada do sistema escravocrata, ainda que em um processo controlado, podia ser vislumbrada pelos sócios do Instituto desde a sua fundação<sup>6</sup>. Inegavelmente, esse processo se aprofundou durante os anos 1850, com a aprovação de uma nova lei pela extinção do tráfico, e foi reforçado por projetos de lei pela emancipação do cativo, que se proliferaram a partir da década de 1860 (ALONSO, 2015, p. 32). A maioria dessas propostas só não foram aprovadas nesse período pela preocupação com revoltas e conflitos internos, em um momento em que grande parte do contingente de soldados da Guarda Nacional e do exército encontravam-se nas fronteiras ou no país vizinho (CARVALHO, 2019, p. 307). Na década de 1870, a maioria dos escravizados já havia se tornado liberto<sup>7</sup> e, em 1871, a aprovação da Lei do Ventre Livre parecia firmar o prazo definitivo para o fim do trabalho escravo no Brasil. A perspectiva de futuro que parece avizinhar-se e foi se tornando uma realidade mais palpável nas décadas finais do oitocentos.

Fora as novas legislações apresentadas ao longo dos primeiros 70 anos do século XIX, havia, como salientamos anteriormente, uma preocupação premente com revoltas negras e uma possível “guerra racial”, além de um projeto contínuo de branqueamento da população nacional. O “medo” de uma onda negra (AZEVEDO, 1987), o projeto de transposição de uma civilização europeia para os trópicos (GUIMARÃES, 1988) e a mudança de status de milhões de homens e mulheres que residiam no território nacional fez com que tecnologias e mecanismos coloniais fossem aprofundados inclusive durante a Guerra do Paraguai. Com todas essas alterações sociais, políticas e econômicas, como o discurso do Instituto – uma entidade que pretendia construir uma identidade nacional e promover a manutenção da monarquia – poderia auxiliar o Segundo Reinado a “gerir” esse corpo populacional que, ao longo do século XIX, passou a “integrar” milhões de pessoas anteriormente consideradas propriedades e que agora são encaradas, pelo menos legalmente, como um conjunto de “quase-cidadãos” (CUNHA; GOMES, 2007)?

Seguindo os estudos de Joseph-Achille Mbembe, filósofo, historiador e teórico político camaronês, desenvolvidos a partir das reflexões de Michel Foucault sobre a emergência de uma nova tecnologia de governo na modernidade, a biopolítica (2008), é possível analisarmos o

<sup>6</sup> Basta observarmos a aprovação da Lei Feijó-Barbacena, anos antes da fundação, e a própria condenação à escravidão, presente no artigo que encontramos no primeiro tomo da Revista, quando Barbosa propõe a utilização da mão de obra indígena como uma opção para substituir os braços escravos na lavoura (BARBOSA, 1839, p. 123-129).

<sup>7</sup> Segundo o censo de 1872, os cativos somavam 15,2% da população nacional, com as maiores concentrações em regiões como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro (1,67 livre para cada cativo) e Bahia (ALONSO, 2015, p. 33).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

engajamento, forçado ou não, de negros e negras no exército, nas milícias e nas organizações armadas nacionais, como um meio de controle e destruição de corpos negros. Essa “necropolítica” cria e organiza mecanismos próprios da modernidade, tornando viável a divisão do corpo populacional em dois grupos, os que devem viver e os que devem morrer. O poder, impresso aqui pelo Estado e por outras instituições, pressupõe essa segmentação da população, interna e externamente, por meio do campo biológico. A política que decide “deixar morrer” ou “deixar viver”, localizada por Foucault no século XVIII, converte-se no oitocentos em um “direito soberano de morte”; dessa forma, o racismo auxilia na “distribuição de morte” e legitima as “funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2016, p. 128). Essa partição racializada do corpo populacional faz com que o racismo, o homicídio e o suicídio tornem-se indistinguíveis, pela percepção de que a “existência do outro” é um “atentado contra minha vida”, uma “ameaça mortal ou perigo absoluto”, e assim sua “eliminação biofísica reforçaria o potencial para minha vida e segurança” (MBEMBE, 2016, p. 128-129).

O autor camaronês considera o sistema escravocrata e a colonização como as “primeiras instâncias da experimentação biopolítica” no mundo moderno. A estrutura colonial e a figura do escravo em uma condição de “tripla perda”, “perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político”, torna esse indivíduo um “morto-vivo”, dissolvendo sua “humanidade” até ser possível convertê-lo em uma propriedade de outro. Para o autor, o escravo é a imagem “perfeita de uma sombra personificada” (MBEMBE, 2016, p. 130-132).

Poderíamos encontrar mecanismos e tecnologias bionecropolíticas em diversos discursos dos letrados oitocentistas. Porém, atendo-nos aos textos que analisamos até aqui e privilegiando, sobretudo, a emergência de um discurso que constitui o negro/soldado como uma figura presente no passado nacional, a Guerra do Paraguai nos parece um evento ímpar nessa aplicação. Os letrados do Instituto, que, em grande medida, compunham o poder político do Segundo Reinado, procuraram justificar, por meio do “dispositivo de racialidade” (CARNEIRO, 2023)<sup>8</sup>, o recrutamento e o envio de tropas compostas por negros para os campos de batalha. Aproveitando-se de um grande conflito, produzem um discurso que legitima e enaltece o engajamento negro às fileiras do exército, construindo um herói/soldado que parece transpor todos os limites impostos pelo próprio Instituto, para que todo esse corpo populacional “descartável” seja utilizado, controlado e, em certa medida, aniquilado por seus inimigos. Durante a luta contra o “outro” externo, procura-se eliminar o “outro” interno (GUIMARÃES, 1988, p. 6). As hierarquizações entre as nações, mais ou menos “mestiças” ou “negras” considerando-se as mais “claras” em outro nível de civilização, fez com que esse mecanismo contribua para reforçar o projeto de embranquecimento nacional, assim como a imigração (VEIGA, 2022, p. 52-55).

A guerra não foi criada por essa lógica, foi aproveitada por ela. Mesmo se considerarmos as dificuldades de recrutamento (GOLDINI, 2009), a apressada formação do exército nacional (SALLES, 1990, p. 55-59) e o prolongamento inesperado do conflito, não podemos ignorar os mecanismos de recrutamento, o “voluntarismo” e a manutenção de um engajamento cada vez maior de negros e negras nas forças armadas nacionais. Algo que, como vimos, era muito comum, tanto no Império, quanto no período colonial. É importante lembrar que grande parte do público alvo das revistas do Instituto eram a elite letrada do Império e instituições congêneres estrangeiras. Nesse caso, era importante convencer do patriotismo, servilismo, da obediência de um “regimento de homens pretos”, no Prata, ainda que sejam liderados pelos brancos. Mas, fica muito possível interpretar diante dos fatos anteriores, da política utilizada por lusos e brasileiros do

<sup>8</sup> Segundo Carneiro: a racialidade a racialidade “é aqui compreendida como uma noção produtora de um campo ontológico, um campo epistemológico e um campo de poder conformando, portanto, saberes, poderes e modos de subjetivação cuja articulação institui um dispositivo de poder” (CARNEIRO, 2023, p. 56).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

poder que as biografias de Pinheiro, sobretudo a de Henrique Dias, são indícios de um duplo chamamento aos negros e negras. Primeiro, busca-se domesticar o passado para reafirmar a possibilidade de ascensão social dos negros, para, em contrapartida, enviar à guerra todos esses homens e mulheres (DOURADO, 2005) “indesejáveis” e mantê-los expostos à morte, seja pelas armas – estima-se mais de 23 mil mortos em combate (SALLES, 1990, p. 12) –, pelas doenças (SOUSA, 2006) ou pela fome (DOURADO, 2010). O Henrique Dias de Pinheiro, seu “cortesão do infortúnio” (PINHEIRO, 1868, p. 368), esse “outro” nacional, serviria para enviar ao infortúnio muitos outros cortesãos, “outros” externos da República vizinha.

## Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudo Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BELCHIOR, Luna Halabi. *A religião nacional: A experiência brasileira de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro*. Dissertação (Mestrado em História). Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2018.

BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1969.

BRITO, Luciana da Cruz. *O avesso da raça: escravidão, racismo e abolicionismo entre os Estados Unidos e o Brasil*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

BUARQUE, Chico; GUERRA, Ruy. *Calabar, o elogio da traição*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

CAMPOS, José Joaquim Carneiro de. *Libertação de escravos por ocasião da Guerra de independência nacional*. *Revista do IHGB*, Tomo LX, p. 159-160, 1897.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARRETER, Fernando Lázaro. *Diccionario de Términos Filológicos*. Madrid: Editorial Gredos, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CASTRO, Jeanne Berrance de. “O Negro na Guarda Nacional”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. 3, p. 149-172, 1969.

CHIAVENATO, Júlio José. *O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CHIAVENATO, Júlio José. *Os Voluntários da Pátria e outros mitos*. São Paulo: Global, 1983.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

CINTRA, Assis. *A reabilitação histórica de Calabar*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, Olívia Maria Gomes; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis. A presença feminina na Guerra do Paraguai*. Campo Grande, MS: UFMS, 2005.

ENDERS, Armelle. "O Plutarco Brasileiro". A produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, n. 25, p. 42, 2000.

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Apontamentos históricos: sobre a Ordem Beneditina em geral e em particular sobre o mosteiro de N. S. do Monserate da Ordem do Patriarca S. Bento, desta cidade do Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, T. XXXV, Parte Segunda, p. 249-676, 1872.

GOLDONI, Aline Cordeiro. Conflito e negociação: as dificuldades de realização de recrutamento de Guardas Nacionais durante a Guerra do Paraguai na província do Rio de Janeiro. *XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

IZECKSOHN, Vitor. O recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 96-110, 2015.

LIMA, Carlos A. M. Escravos na peleja: a instrumentalização da violência escrava na América Portuguesa (1580-1850). *Revista Sociologia Política, Curitiba*, n. 18, p. 131-152, 2002.

MATTOS, Hebe Maria. Da guerra preta às hierarquias de cor no Atlântico Português. In: XXIV Simpósio Nacional de História, *Anais da Associação Nacional de História – ANPUH*, 2007.

MAUAD, Ana Maria. Como nascem as imagens? Um estudo de história visual. *História. Questões*



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

e *Debates*, v. 61, p. 105-131, 2014.

MAUAD, Ana Maria. Quadros de uma exposição: um retrato do Brasil oitocentista na Coleção Francisco Rodrigues (1840-1920). *Artelogie* (Online), v. VII, p. artigo n. 5, 2015.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Arte & Ensaios*: Rio de Janeiro, n. ° 32, p. 131, 2016.

OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Velloso de. Sobre o melhoramento da província de São Paulo aplicável em grande parte às províncias do Brasil, *Revista do IHGB*, T. XXXI, Parte Primeira, p. 05-103, 1868.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

PEDRO, Vanessa Lehmukuhl. *Morte e liberdade na Guerra do outro: os negros em narrativas sobre a Guerra do Paraguai*. Dissertação (Mestrado em Literatura). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Biografia dos brasileiros ilustres, por armas, letras, virtudes, etc. D. Antonio Filippe Camarão. *Revista do IHGB*, Tomo XXXII, p. 201-208, 1869.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Biografia dos brasileiros ilustres, por armas, letras, virtudes, etc. André Vidal de Negreiros. *Revista do IHGB*, Tomo XXXII, p. 329-342, 1869b.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Biografia dos brasileiros ilustres, por armas, letras, virtudes, etc. Henrique Dias. *Revista do IHGB*, Tomo XXXI, Parte Primeira, p. 365-383, 1868.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTIAGO, Diogo Lopes. História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra, *Revista do IHGB*, T. XL, Parte 1, p. 304-450, 1877.

SANTOS, Evandro. A História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história oitocentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 9, p. 99, 2012.

SOUSA, Jorge Prata. A presença da cólera, da diarreia e as condições sanitárias durante a guerra contra o Paraguai: registros médicos e memórias. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul; MARQUES, Rita de Cássia (Org.). *Uma história brasileira das doenças*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros e a Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/Adesa, 1996.

STUMPF, Lúcia Klück. Fragmentos da guerra: imagens e visualidades da guerra contra o Paraguai (1865-1881). Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas holandesas no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: Antes da sua separação e Independência de Portugal*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1975.

VEIGA, Cynthia Greive. *Subalternidade e opressão sociorracial: questões para a historiografia da educação latino-americana*. São Paulo. Editora Unesp, 2022.

WEHLING, Arno. Varnhagen, história e diplomacia. In: SILVA, Alberto da Costa e (Org.) *O Itamaraty na cultura brasileira*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001.

### Notas de autoria

Luís Roberto Manhani, doutorando pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campi de Assis/Franca. E-mail: [luis.r.manhani@unesp.br](mailto:luis.r.manhani@unesp.br)

### Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

MANHANI, Luís Roberto. Os “Cortesões do infortúnio”: a heroicização pragmática de Henrique Dias nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Sæculum – Revista de História*, v. 30, n. 51, p. 43-60, 2024.

### Contribuição de autoria

Não se aplica

### Financiamento

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

### Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

### Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

### Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### Histórico

Recebido em 04/09/2024

Modificações solicitadas em 18/02/2025

Aprovado em 06/03/2025



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)